

A SUJEIÇÃO DO TRABALHADOR NA ATIVIDADE FLEXÍVEL E MULTIFUNCIONAL – A APLICAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLE DO TRABALHADOR

EDER DION DE PAULA COSTA*

A aplicação de novo modelo de organização das empresas tem se verificado nas últimas décadas do século passado e tem se alastrado de forma vertiginosa no início deste novo século. A crise do modelo fordista que se verificou a partir dos anos 70 fez com que as empresas buscassem um novo caminho para a continuidade de sua acumulação de capital. O método de racionalização da produção elaborado por Ford tinha por princípio que uma empresa deveria dedicar-se a um só produto, adotando para isso a chamada verticalização, em que deveria dominar todas as fontes de matéria-prima (borracha, ferro, carvão) e os sistemas de transporte das mercadorias. Observava-se, também, o princípio da produção em massa, com o uso de tecnologia avançada como forma de desenvolver ao máximo a produtividade por operário. O trabalho do operário era altamente especializado, visto que a cada um competia determinada tarefa.

O novo modelo que se impõe na tentativa de superar o modelo fordista na forma de manter a acumulação tem recebido o nome de flexibilidade, tendo algumas formas que se destacam: a) os equipamentos flexíveis na produção, que permitem grande adaptabilidade da organização produtiva; b) a aptidão dos trabalhadores para mudar de posto de trabalho no interior de uma dada organização de conjunto, isto é, para controlar diversos segmentos de um mesmo processo produtivo; c) ela se mede também pela fraqueza das coações jurídicas que regem o contrato de trabalho e em particular as decisões de licenciamentos; d) a flexibilidade para designar a sensibilidade dos salários à situação econômica, própria a cada firma ou geral referente ao mercado de trabalho; e) o termo é entendido também como a possibilidade, para as empresas, de se subtrair a uma parte dos saques sociais e fiscais e, mais geralmente, de se libertar das regulamentações públicas que lhes limitam a liberdade de ação.¹

A mudança de modelos surge como forma de superar as crises econômicas, que segundo a economia clássica seria um desequilíbrio entre produção e consumo, localizado em setores isolados da produção, ou conforme

* Graduado em Direito pela Fundação Universidade Federal do Rio Grande/RS, Mestre em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Porto Alegre/RS, Doutor em Direito das Relações Sociais pela Universidade Federal do Paraná/PR, professor de Direito do Trabalho na Fundação Universidade Federal do Rio Grande/RS.

¹ Benko, Georges. Economia, Espaço e Globalização na aurora do século XXI, p. 235.

a teoria marxista, cuja noção está associado ao conceito de mais-valia devido à tendência do capital concentrar-se cada vez mais em poucas mãos e proporcionar a pauperização relativa da classe trabalhadora. Com a redução do consumo de nada adianta o aumento da produção e formação de estoques, quando estes produtos não são acessíveis ou não interessam ao consumidor. A necessidade de agilidade em substituir produtos na linha de produção e que possam atender rapidamente o mercado, sinaliza a aplicação de um modelo mais flexível em relação ao fordista.

Um novo modelo de exploração do trabalho por parte do Capital, que supera à preponderância da atividade disciplinada e hierarquizada, de cunho fordista/taylorista, tem se verificado no que se tem chamado por Toyotismo, na qual interessa muito mais que a expropriação da força de trabalho que se expressa no corpo do trabalhador, é a sua colaboração, de corpo e mente, sua sujeição de forma integral. A transição do trabalho de modelo fordista/taylorista para o toyotista não garante uma maior autonomia ou liberdade do trabalhador, como muitas vezes foi preconizado, mesmo que tendo uma maior participação no processo de produção, uma vez que, permanece circunscrito à condição de trabalho alienado, ocorrendo, no entanto, a intensificação do trabalho produtivo, o qual contribui para a formação e realização do capital, sendo fonte de mais-valia.

A reestruturação produtiva que se verifica com o toyotismo visa superar as deficiências que o fordismo apresentava, propondo um modelo que atualize a acumulação capitalista. Assim, a permanência do trabalho alienado é fator que ainda prepondera neste modelo. Marx expressa que o trabalho alienado é aquele que se dá em decorrência da venda da força de trabalho pelo assalariado, pela apropriação do produto do trabalho pelo empresário, que ao definir e organizar o trabalho a ser feito pelo operário retira do homem trabalhador a própria capacidade de projetar seu ato criador, uma das características essenciais que diferencia o homem do animal.² A mais-valia que o empresário retira do trabalho alienado é aquele excedente gerado pelo operário, uma vez que o valor da mercadoria é determinado pela quantidade de força trabalho gasto pelo operário durante a jornada. A mais-valia pode ser absoluta, quando ocorre um aumento da jornada ou da intensidade do trabalho, ou relativa, quando se dá um aumento da produtividade do trabalho. Podemos dizer, que o Toyotismo, através da multifuncionalidade e flexibilidade estrutural preconiza uma conjugação da mais-valia absoluta com a intensificação da mais-valia relativa, cuja característica é o *acúmulo de inovações técnicas, que elevam a produtividade social do trabalho e acabam por diminuir o valor dos bens de consumo nos quais se traduz o valor da força de trabalho, exigindo menos tempo de trabalho para a reprodução desta última. Por isso, sem que se alterem o tempo e a intensidade da jornada de trabalho, cuja grandeza permanece a mesma, altera-se a relação entre seus componentes: se diminui o tempo de trabalho necessário, deve crescer, em contrapartida, o tempo de sobre trabalho.*³

² Os economistas. Dicionário de Economia, 1985, p. 436.

³ Gorender, Jacob in O Capital, volume I (apresentação), p. XLIV.

O modelo de reestruturação produtiva segue aquilo que foi preconizado por Marx, ou seja, um incremento da força produtiva do trabalho, o qual se traduz por uma alteração no processo de trabalho, em que se reduz o tempo de trabalho socialmente necessário para produzir uma mercadoria. Desta forma, possibilita que um menor quantum de trabalho adquira a força para produzir um maior quantum de valor de uso.⁴

O trabalho é condição essencial à existência humana, seja pelo seu caráter de suprir as necessidades de produção e reprodução, como também elemento criador de valor de uso, dando uma utilidade a natureza transformada. Codo expressa que para Marx o trabalho, quaisquer que sejam as sociedades, é necessidade natural e eterna de efetivar o intercâmbio material entre o homem e a natureza, e, portanto de manter a vida humana.

Wanderley Codo expressa que o trabalho enquanto valor de uso é o ato de depositar significado humano à natureza, construção de significado pessoal e intransferível, individual. Neste sentido, o valor de uso é a substância necessária para o trabalho enquanto valor de troca. Assim, mesmo com o avanço tecnológico se identifica o trabalho acumulado que deu valor de uso a matéria-prima original, que através da intervenção da força de trabalho junto a máquina produz novo valor de uso que possibilita um valor de troca. Sobre o processo de formação do valor Marx considera que *na medida em que se consome um valor de uso a fim de produzir novo valor de uso, o tempo de trabalho necessário para a produção do valor de uso consumido forma parte do tempo de trabalho necessário para a produção do novo valor de uso, portanto é tempo de trabalho que se transfere do meio de produção consumido ao novo produto.*⁵

O trabalho dentro do sistema capitalista é considerado produtivo na medida em que produz capital, entra no circuito de produção de mercadorias, realiza mais-valia, entra em circulação, produz mais valor (Marx). Este é o trabalho tornado abstrato, desaparecendo a este nível de análise as funções sociais ou as necessidades humanas e com elas a especificidade do trabalhador – no lugar delas faz-se presente à força de trabalho aplicada ao produto, e o tempo de produção alugado ao capital, salário e jornada de trabalho negociados no mercado.

No trabalho concreto ocorre o processo de trabalho, o qual é chamado por Codo ao conjunto de operações realizados por um ou vários trabalhadores, orientados para a produção de uma mercadoria ou realização de um serviço. Ambos, mercadorias e serviços são reconhecidos pela sociedade consumidora como valores de uso, individual ou coletivo. Exemplo: o processo de trabalho do qual resulta a fabricação de um ônibus ou um caminhão, e que aglutina dezenas de trabalhadores numa unidade industrial automobilística.⁶ O trabalho concreto que realizou um valor de uso é a substância que permite estabelecer um valor de troca para a mercadoria realizada.

Tendo a compreensão de que o trabalho é algo forçado, que explora um

⁴ Marx, Karl. O Capital, Volume I, p. 250.

⁵ Marx, Karl. O Capital, volume I, p. 165-166.

⁶ Codo, Wanderley. Indivíduo, trabalho e sofrimento, p. 104.

mais-valor do trabalhador, e de que no sistema capitalista esta forma de exploração ocorre através de um modelo disciplinar, aperfeiçoado na organização Taylorista, que define alguns procedimentos ou princípios para tornar o trabalho mais eficaz e aumentar o rendimento, como o de fazer a seleção de operários; a aplicação, a única maneira de executar uma tarefa, que deve ser imposta ao operário; a especialização, isto é, a limitação da variabilidade das tarefas; a subdivisão do trabalho em elementos simples que se encadeiam; a aplicação de um método de observação rigoroso; as responsabilidades da direção na preparação do trabalho.

O modelo de disciplina aperfeiçoado por Taylor já apresentava os seus rudimentos no fim do século XVIII, tendo por princípio a formatação de corpos docilizados e úteis, que produzissem de forma incessante, sem distúrbios e confusões. Assim, eram distribuídos de tal forma que cada um estivesse destinado a uma atividade específica. A construção de uma sociedade da disciplina, tema amplamente abordado por Foucault se verifica em quartéis, hospitais e fábricas, tal qual a que ocorria na manufatura de Oberkampf em Jouy, a qual se compunha

(...) de uma série de oficinas especificadas segundo cada grande tipo de operações: para os impressores, os encaixadores, os coloristas, as pinceladoras, os gravadores, os tintureiros. O maior dos edifícios, construído em 1791, por Toussaint Barré, tem cento e dez metros de comprimento e três andares. O térreo é reservado, essencialmente, à impressão em bloco; contém 132 mesas dispostas em duas fileiras ao longo da sala com 88 janelas: cada impressor trabalha a uma mesa, com seu “puxador”, encarregado de preparar e espalhar as tintas. Ao todo 264 pessoas. Na extremidade de cada mesa, uma espécie de cabide sobre o qual o operário coloca para secar a tela que ele acabou de imprimir. Percorrendo-se o corredor central da oficina, é possível realizar uma vigilância ao mesmo tempo geral e individual; constatar a presença, a aplicação do operário, a qualidade de seu trabalho; comparar os operários entre si, classificá-los segundo sua habilidade e rapidez; acompanhar os sucessivos estágios da fabricação. Todas essas seriações forma um quadriculado permanente: as confusões se desfazem; a produção se divide e o processo de trabalho se articula por um lado segundo suas fases, estágios ou operações elementares, e por outro, segundo suas fases, estágios ou operações elementares, e por outro segundo os indivíduos que o efetuam, os corpos singulares que a ele são aplicados: cada variável dessa força – vigor, rapidez, habilidade, constância – pode ser observada, portanto caracterizada, apreciada, contabilizada e transmitida a quem é o agente particular dela. Assim afixada de maneira perfeitamente legível a toda série de corpos singulares, a força de trabalho pode ser analisada em unidades individuais. Sob a divisão do processo de produção ao mesmo tempo em que ela, encontramos, no nascimento da grande indústria, a decomposição individualizante da força de trabalho; as repartições do espaço disciplinar muitas vezes efetuaram uma e outra.⁷

O trabalho disciplinado, parcelado, tornado abstrato como valor de troca, cumpre o seu papel na sociedade industrial de concepção Taylorista. No entanto, são diferentes as características de disciplina que se impõe a num

⁷ Foucault, Michel. Vigiar e Punir, p. 124.

modelo que prepondera a flexibilização e a multifuncionalidade. Antonio Negri expressa que vivemos uma transição paradigmática de uma sociedade do controle que se sobrepõe a uma sociedade da disciplina. Assim, é de se perguntar qual a relação que pode existir entre o trabalho tipicamente parcelado, simplificado, na qual prepondera de forma efetiva o modelo de uma rígida disciplina efetuada por supervisores, e aquele caracterizado pela multifuncionalidade e flexibilização?

Thomas Gounet nos diz que vivemos uma nova era, a da autonomização ou auto-ativação, que

(...) é a capacidade de uma máquina funcionar sozinha, autonomamente, e interromper-se automaticamente assim que surge um problema. A vantagem dessa técnica é dupla. Por um lado, ela permite um importante incremento da produtividade, fazendo com que cada trabalhador opere cada vez mais máquinas. Em outros termos, exige menos homens por máquina. Por outro lado, ela reduz o trabalho direto em comparação com o trabalho indireto, de preparação fazendo que um mínimo de máquinas permaneçam paradas e também que elas fiquem ociosas pelo menor tempo possível. Aqui intervém a intensificação do trabalho: primeiramente, o operário ocupa-se por mais tempo de suas tarefas, e com mais intensidade; em segundo lugar, agregam-se às suas tarefas de produção outras operações, de controle de qualidade, manutenção dos equipamentos, limpeza do local de trabalho; o operário realiza um trabalho já não apenas manual mas também mental. Então a gestão de tais aparelhos transforma-se da relação um homem – uma máquina para uma equipe – um sistema, sublinhando-se que é um conjunto de homens que assumem a responsabilidade pelo funcionamento de um grupo de máquinas.⁸

Na sociedade da automação é verificado que o homem esta a serviço da máquina, é controlado por esta, devendo estar vigilante para que a máquina possa continuar produzindo. No entanto, este mesmo homem, controla várias máquinas, possuindo habilidades que o tornam necessário, útil. Desta forma, o homem que possuía a especialidade por toda a vida em manejar uma ferramenta parcial surge, agora, a especialidade por toda a vida em servir a uma máquina parcial. Codo expressa que às transformações na fábrica automatizada já se vislumbra em Marx nos Grundrisse, em que a predominância da ciência da tecnologia no processo de produção em relação ao trabalho, representa a tendência crescente da socialização da produção. O trabalho que não mais governa o processo de produção é o dos trabalhadores diretos, o que significa o enriquecimento do trabalhador coletivo. Assim, para Marx *a maquinaria, com algumas exceções a serem aventadas posteriormente, só funciona com base no trabalho imediatamente socializado ou coletivo. O caráter cooperativo do processo de trabalho torna-se agora, portanto, uma necessidade técnica ditada pela natureza do próprio meio de trabalho.*⁹

A automação possibilita uma facilitação do trabalho, que, no entanto, continua como um meio de tortura, pois a máquina não livra o trabalhador do trabalho, mas seu trabalho de conteúdo. Desta forma, não é o trabalhador quem

⁸ Gounet, Thomas. Fordismo e Toyotismo na civilização do automóvel, p. 67.

⁹ Marx, Karl. Citado por Wanderley Codo. Indivíduo trabalho e sofrimento, p. 139.

usa as condições de trabalho, mas, pelo contrário, são as condições de trabalho que usam o trabalhador. Porém, só com a maquinaria é que essa inversão ganha realidade tecnicamente palpável.

A sociedade da autonomização referenciada por Gounet pode bem representar a chamada sociedade do controle expressa por Negri, ou seja, uma sociedade em que vai além do controle dos corpos, prepondera o controle das mentes, que se introjeta e cria a dependência. A compreensão desta transição paradigmática de uma sociedade da disciplina para uma sociedade do controle reveste-se para nós de uma importância que justifica as alterações sofridas no processo de trabalho. A estreita relação existente entre o modelo fordista/taylorista, consubstanciado nos moldes de uma sociedade da disciplina, hierarquizada, verticalizada e de outro lado o modelo toyotista identificado com o preconizado por uma sociedade do controle nos remete a reflexão às formas que o capitalismo encontra para sujeitar o trabalhador e manter o curso da exploração da mais-valia.

Negri realça a grande contribuição de Foucault na identificação desta *transição histórica, de época, nas formas sociais da sociedade disciplinar para a sociedade de controle*. Assim, é importante realçar que *a sociedade da disciplina é aquela na qual o comando social é construído mediante uma rede difusa de dispositivos ou aparelhos que produzem e regulam os costumes, os hábitos e as práticas produtivas, e em contrapartida a sociedade de controle deve ser entendida como aquela na qual mecanismos de comando se tornam cada vez mais 'democráticos', cada vez mais imanentes ao campo social, distribuídos por corpos e cérebros dos cidadãos*.¹⁰

A reestruturação produtiva que preconiza a flexibilização e a multifuncionalidade se enquadra nos moldes de uma sociedade do controle. Assim, a disciplina dos corpos já não é mais suficiente para a acumulação do capital, sendo necessário, também, que se tenha o controle das mentes e dos corpos.

A transição da sociedade da disciplina para a sociedade do controle pode ser bem observada na mudança de modelos, ou seja, do fordista/taylorista para o toyotismo. Esta mudança decorre da implementação de um novo modelo econômico capitalista conhecido por neoliberalismo, e que tem em Milton Friedman e Hayek os seus maiores expoentes. O neoliberalismo surge com a proposta de sobrepor o modelo de pleno emprego e de um Estado de bem-estar social, de inspiração nas teorias econômicas de John Maynard Keynes e no New Deal de Franklin Delano Roosevelt.

O New Deal foi a fórmula encontrada por Roosevelt para enfrentar a grande depressão de 1929, em que havia milhões de desempregados, a maior parte dos bancos estavam fechados e a produção industrial estava reduzida pela metade. Assim, impôs uma ousada política de intervenção do Estado na economia com o objetivo de estimular o consumo e incrementar a produção, tendo executado um extenso programa de obras públicas, reduziu as horas de trabalho com a finalidade de atenuar o desemprego e aumentar os postos de trabalho, além de atuar na regulamentação da produção em geral.

¹⁰ Hardt, Michael e Negri, Antônio. O Império, p. 42.

A ação desenvolvida por Roosevelt tem muita aproximação com o exposto por Keynes em 1936, na sua obra *A Teoria Geral do Emprego, Juro e da Moeda*, em que rompe com o liberalismo clássico do *laissez-faire*.

A Sociedade de Mont Pélerin, promotora da teoria neoliberal, tinha como propósito em sua origem o de combater o Keynesianismo e o solidarismo reinantes e preparar as bases de um outro tipo de capitalismo, duro e livre de regras para o futuro. As décadas de 50 e 60 são o momento auge da teoria proposta por Keynes, em função do crescimento vertiginoso do capitalismo. No entanto, com a crise de 1973 que levou o mundo capitalista a uma recessão dramática, em que se combinavam baixas taxas de crescimento com altas taxas de inflação, propiciou a adoção da tese neoliberal. Perry Anderson expressa, que para os integrantes da sociedade de Mont Pélerin, as raízes da crise

(...) estavam localizadas no poder excessivo e nefasto dos sindicatos e, de maneira mais geral, do movimento operário, que havia corroído as bases de acumulação capitalista com suas pressões reivindicativas sobre os salários e com sua pressão parasitária para que o Estado aumentasse cada vez mais os gastos sociais. Esses dois processos destruíram os níveis necessários de lucros das empresas e desencadearam processos inflacionários que não podiam deixar de terminar numa crise generalizada das economias de mercado. O remédio, então, era claro: manter um Estado forte, sim, em sua capacidade de romper o poder dos sindicatos e no controle do dinheiro, mas parco em todos os gastos sociais e nas intervenções econômicas. A estabilidade monetária deveria ser a meta suprema de qualquer governo. Para isso seria necessária uma disciplina orçamentária, com a contenção dos gastos com bem-estar, e a restauração da taxa natural de desemprego, ou seja, a criação de um exército de reserva de trabalho para quebrar os sindicatos. Ademais, reformas fiscais eram imprescindíveis, para incentivar os agentes econômicos. Em outras palavras, isso significava reduções de impostos sobre os rendimentos mais altos e sobre as rendas.¹¹

O modelo neoliberal assume a preponderância teórica de condução do capitalismo globalizado num momento que lhe era bastante propício, visto a emergência da crise que se instalou nos anos 70/80. A solução apresentada foi de um retorno nefasto as origens da revolução industrial, em que se exigia um exército de mão-de-obra flutuante ao redor do capital para poder valorizá-lo cada vez mais. Um sindicalismo fortalecido, um Estado intervencionista na economia não permitia que se desse uma acumulação do capital de forma mais acelerada deste modelo que se propõe global não sendo possível segundo a ótica destes que todos sejam ricos e que se tenha uma distribuição equitativa da riqueza, visto que o seu princípio é o da individualidade, da competitividade, passando ao largo a compreensão da necessidade de uma solidariedade social.

O modelo da flexibilização laboral é o que se impõe, reestrutura a organização do trabalho para atender as necessidades mais prementes do capital globalizado. Este modelo segue o disposto por André Gorz, citado por Lanni, onde *as empresas praticam uma estratégia de flexibilização em dois níveis simultâneos: o núcleo estável do pessoal da firma deve ter uma*

¹¹ Anderson, Perry. Um balanço do neoliberalismo. In Sader, Emir e Gentili, Pablo (org). Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático, p. 10-11.

*flexibilidade funcional; a mão-de-obra periférica, por seu lado, deve apresentar uma flexibilidade numérica. Em outros termos, em torno de um núcleo de trabalhadores estáveis, apresentando um amplo leque de qualificações, flutua uma mão-de-obra periférica, de qualificações menores e mais limitadas, submetidas ao acaso da conjuntura.*¹²

A flexibilização não envolve tão somente uma redução de direitos ou da relação de trabalho que se otimiza, mas é por assim dizer, uma decorrência da própria flexibilização dos processos de trabalho e produção, que segundo Octavio Ianni, *implica uma acentuada e generalizada potenciação da capacidade produtiva da força de trabalho. As mesmas condições organizatórias e técnicas da produção flexibilizada permitem a dinamização quantitativa e qualitativa da força produtiva do trabalho. Em lugar da racionalidade característica do padrão manchesteriano, taylorista, fordista ou sthakanovista, a racionalidade mais intensa, geral e pluralizada da organização toyotista ou flexível do trabalho e produção.*¹³

Com a flexibilização da produção ocorre uma mudança comportamental no processo produtivo, uma vez que o modelo fordista-taylorista não mais responde às exigências de um mercado cada vez mais exigente e competitivo. Em contraposição a este modelo, surge no oriente o toyotismo ou ohnismo, referência que se faz ao engenheiro Ohno, que criou na fábrica da Toyota, no segundo pós-guerra mundial, uma vertente japonesa de expansão e consolidação do capitalismo monopolista industrial. Ricardo Antunes apresenta algumas características básicas em que o toyotismo se diferencia do fordismo:

- 1- É uma produção muito vinculada à demanda, visando atender às exigências mais individualizadas do mercado consumidor, diferenciando-se da produção em série e de massa do taylorismo/fordismo;
- 2- Fundamenta-se no trabalho operário em equipe, com multivariabilidade de funções, rompendo com o caráter parcelar típico do fordismo;
- 3- A produção se estrutura num processo produtivo flexível, que possibilita ao operário operar simultaneamente várias máquinas (na Toyota, em média até 5 máquinas), alterando-se a relação homem/máquina na qual se baseava o taylorismo/fordismo;
- 4- Tem como princípio o just in time, que é o melhor aproveitamento possível do tempo de produção;
- 5- Funciona segundo o sistema de kanban, placas ou senhas de comando para reposição de peças e de estoque. No toyotismo, os estoques são mínimos quando comparados ao fordismo;
- 6- as empresas do complexo produtivo toyotista, inclusive as terceirizadas, têm uma estrutura horizontalizada, ao contrário da verticalidade fordista. Enquanto na fábrica fordista aproximadamente 75% da produção era realizada no seu interior, a fábrica toyotista é responsável por somente 25% da produção, tendência que sem intensificando ainda mais. Essa última prioriza o que é central em sua especialidade no processo produtivo (a chamada *teoria do foco*) e transfere a terceiros grande parte do que antes era produzido dentro de seu espaço produtivo. Essa horizontalização estende-se

¹² Ianni, Octávio, *op. Cit.*, p. 150.

¹³ Ianni, Octávio, *op. Cit.*, p. 146.

às sub-contratadas, às firmas terceirizadas, acarretando a expansão dos métodos e procedimentos para toda a rede de fornecedores. Desse modo, flexibilização, terceirização, sub-contratação, CCQ, controle de qualidade total, kanban, just in time, kaizen, team work, eliminação do desperdício, gerência participativa, sindicalismo de empresa, entre tantos outros pontos, são levados para um espaço ampliado do processo produtivo;

- 7- organiza os Círculos de Controle de Qualidade (CCQs), constituindo grupos de trabalhadores que são instigados pelo capital a discutir seu trabalho e desempenho, com vistas a melhor a produtividade das empresas, convertendo-se num importante instrumento para o capital apropriar-se do *savoir faire* intelectual e cognitivo do trabalho, que o fordismo desprezava;
- 8- o toyotismo implantou o *emprego vitalício* para uma parcela dos trabalhadores das grandes empresas (cerca de 25 a 30% da população trabalhadora, onde se presenciava a exclusão das mulheres), além de ganhos salariais intimamente vinculados ao aumento da produtividade.¹⁴

As mudanças ocorridas no modo de produção foram no sentido de aumentar a acumulação do capital através de uma precarização do trabalho, flexibilização de direitos trabalhistas e uma otimização do trabalho, com a intensidade das atividades e aproveitamento do conhecimento produzido pelo trabalhador. O modelo japonês teve esta intenção, sendo a expressão disto o depoimento de Satochi kamata, citado por Ricardo Antunes, de que a racionalização da Toyota Motor Company, empreendida em seu processo de constituição

(...) não é tanto para economizar trabalho mas, mais diretamente, para eliminar trabalhadores. Por exemplo, se 33% dos movimentos desperdiçados são eliminados em três trabalhadores, um deles torna-se desnecessário. A história da racionalização da Toyota é a história da redução de trabalhadores, e esse é o segredo de como a Toyota mostra que sem aumentar trabalhadores alcança surpreendente aumento na sua produção. Todo o tempo livre durante as horas de trabalho tem sido retirado dos trabalhadores da linha de montagem, sendo considerado como desperdício. Todo o seu tempo, até o último segundo, é dedicado à produção..¹⁵

A teoria neoliberal que implementa um modelo de globalização econômica excludente possui uma certeza, as questões sociais não fazem parte de suas preocupações. O desemprego é um mal que representa um bem para o neoliberalismo. Os recursos são destinados tão somente para aqueles que possuem condições de darem algum retorno imediato para os grandes acionistas. Vive-se um momento em que a mundialização dos mercados financeiros supera a própria expectativa dos ganhos de produção, o que segundo Bourdieu, *junto com o progresso das técnicas de informação, garante uma mobilidade sem precedentes dos capitais e oferece aos investidores (ou acionistas) zelosos de seus interesses imediatos, ou melhor, da rentabilidade a*

¹⁴ Antunes, Ricardo. Os sentidos do trabalho – Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho, p. 54-55.

¹⁵ Antunes, Ricardo. Obra citada, p. 56.

*curto-prazo de seus investimentos, a possibilidade de comparar, a todo momento, a rentabilidade das maiores empresas e de sancionar, conseqüentemente, os fracassos pontuais.*¹⁶

A fome, a miséria e o desemprego de milhares de pessoas não interessam ao mercado, até por que estes representam o lado descartável, uma vez que não se ajustam e nada contribuem para o sistema. Estes aspectos sociais representam, segundo a teoria neoliberal o reverso da moeda, o ônus necessário para o crescimento e êxito econômico. É uma concepção de guerra, em cuja estratégia no enfrentamento de um inimigo é contabilizado o numero de baixas eventuais do contingente necessário para a obtenção da vitória. Assim, a similitude é clara, razão pela qual se fala em exército reserva de mão-de-obra, o qual é requisitado tão logo ocorra um numero significativo de baixas. Estas baixas ocorrem em razão dos acidentes do trabalho, aposentadorias precoces por invalidez, desligamento por desqualificação profissional, redução da mão-de-obra em decorrência do desenvolvimento tecnológico e por outras circunstâncias decorrentes do contrato de trabalho e do poder diretivo do empregador. Talvez hoje, a circunstância mais grave e que mais desagrega aqueles que integram a classe que vive do trabalho, é o do desemprego, que joga no horizonte daqueles que estão em atividade a perspectiva da perda de seu ganha-pão.

A perspectiva de perda do emprego introjeta no intimo do trabalhador, o faz refém do medo e o distancia daqueles que estão na mesma condição. Assim, aceita o jogo do modelo reinante, de uma qualificação multifuncional, 'um faz-tudo' que se diferencia dos demais, que participa dos interesses e objetivos da empresa, que se desdobra e que no afã de garantir o emprego perde a consciência da sua condição de trabalhador explorado. A sombra do desemprego ronda o seu universo imaginário, a exclusão é um fantasma que procura se desvencilhar de todas as formas, numa luta incessante em que se entrega ao tentar fugir. A aceitação das regras do jogo é a tentativa tenaz de garantir a sua forma de reprodução através do trabalho, ainda que alienado.

O modelo de flexibilização insere no mundo do trabalho ao invés de ampliar a oportunidade de emprego a um maior número de trabalhadores desempregados, os quais são reféns da revolução tecnológica que reduziu vertiginosamente os postos de trabalho, tem, igualmente, a pretensão de uma gradativa exploração do trabalhador, em função de uma maior intensidade de trabalho do que propriamente de uma maior quantidade na jornada de trabalho, o que por si só já provoca uma redução nos ganhos salariais. A precarização promovida por uma flexibilização do trabalho repercute na estrutura social dos trabalhadores, desequilibrando padrões de consciência e convivência social. Neste sentido, é expressivo o exposto por Ianni, para quem *a rigora a flexibilização envolve todo um rearranjo interno e externo da classe operária, em âmbito nacional, regional e mundial. Modificam-se os seus padrões de sociabilidade, vida cultural e consciência, simultaneamente às condições de organização, mobilização e reivindicação. Os padrões de trabalho, organização e consciência que se haviam produzido e sedimentado no âmbito da sociedade*

¹⁶ Bourdieu, Pierre. Táticas para enfrentar a invasão neoliberal, p. 138.

*nacional, são reelaborados ou abandonados, já que a nova divisão transnacional do trabalho e produção na fábrica, estabelece outros horizontes e limites de sociabilidade, organização e consciência*¹⁷

O novo padrão de consciência do trabalhador não mais o identifica na condição de igual perante os seus colegas, como um torneiro mecânico, eletricitista ou mesmo como um integrante da categoria de metalúrgicos. Esta nova concepção de flexibilidade funcional que o obriga a realizar tarefas de ordem diversa, tem a objetivação de adaptá-lo às transformações tecnológicas. O novo trabalhador é polivalente, que possui um salário individualizado, que segundo Carleial *é uma prática que intenta associar o salário ao desempenho individual, às condições da firma e à conjuntura macroeconômica. Além disso, é possível verificar que a estratégia de tratar o trabalhador de forma individualizada ocorre com a flexibilidade da gestão da força de trabalho, cujo exemplo disso, para Carleial, "são as alterações no controle do trabalho, na qualificação do trabalhador, na sua participação efetiva no processo de trabalho, na estrutura ocupacional da empresa, nas formas de estímulo a trabalhadores específicos tais como política salarial interna à firma, benefícios específicos (criação e/ou ampliação), na jornada diária de trabalho, etc.*¹⁸

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sujeição do trabalhador na atividade flexível e multifuncional ocorre de forma muito mais intensa. A sujeição não é mais somente dos corpos docilizados, mas é também das mentes, que são controladas através da aceitação e assimilação de um modelo que individualiza os sujeitos, rompe com a identidade de trabalhador, estabelece a competição individual, fomenta um exército de excluídos, remete a qualificação que decorre da renovação tecnológica sobre os ombros do trabalhador, como se fosse sua a responsabilidade de aperfeiçoamento. Para isto, se verifica um novo modelo teórico que reestrutura o capital, intensifica a exploração da mais-valia com a redução do trabalho necessário.

O neoliberalismo, é por assim dizer, a constatação das propostas de dominação e exercício de poder que levam a plenitude o capitalismo na sua ânsia de acumulação. A derrocada do New Deal e do keynesianismo são amostras de um modelo que prega a exclusão e o acúmulo de riquezas nas mãos de poucos. O toyotismo é uma proposta de reestruturação produtiva que se enquadra neste modelo, que visa atender o consumo, ou melhor o lucro, uma vez que possui a chamada flexibilidade na sua linha de produção. Os trabalhadores desta fábrica também são flexíveis, uma vez que se desdobram em múltiplas funções e atuam de forma intensiva.

A compreensão de uma sociedade de controle que se sobrepõe a uma sociedade da disciplina, conforme as lições de Negri, são bem visualizadas nos modelos de reestruturação produtiva do toyotismo e no modelo econômico neoliberal. Uma conjugação de esforços em que se preconiza a superação da

¹⁷ Ianni, Octávio. A era do globalismo, p. 150.

¹⁸ Carleial, Liana. Redes Industriais de Subcontratação, p. 31.

crise econômica, que para a economia clássica seria um desequilíbrio entre produção e consumo, ou como afirma a teoria marxista, de que a noção de crise está associada ao conceito de mais-valia devido à tendência de o capital concentrar-se mais e mais em poucas mãos e proporcionar a pauperização relativa da classe trabalhadora.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Anderson, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In Emir Sader, Pablo Gentili (organizadores). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. São Paulo, editora Paz e Terra, 2000.

Antunes, Ricardo. *Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo, Cortez editora, 1995.

_____. *Os Sentidos do Trabalho*. São Paulo, Bomtempo editora, 1999.

Benko, Georges. *Economia, Espaço e Globalização na aurora do século XXI*. São Paulo, Hucitec, 1999.

Bottomore, Tom. *Dicionário do Pensamento Marxista*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2001.

Bourdieu, Pierre. *Contrafogos – táticas para enfrentara invasão neoliberal*

Carleial, Liana. *Redes Industriais de subcontratação*. São Paulo, editora Hucitec, 2001.

Foucault, Michel. *Vigiar e Punir*. Petrópolis, Editora Vozes, 2000.

_____. *Em Defesa da Sociedade*. São Paulo, Martins Fontes Editora, 2002.

Gounet, Thomas. *Fordismo e Toyotismo na civilização do automóvel*. São Paulo, Boitempo editorial, 1999.

Hardt, Michael e Negri, Antonio. *Império*. Rio de Janeiro, Editora Record, 2001.

Ianni, Octavio. *Teorias da globalização*. Rio de Janeiro, editora Civilização Brasileira, 2000.

Lazzarato, Maurizio e Negri, Antonio. *Trabalho Imaterial*. Rio de Janeiro, DP&A editora, 2001.

Marx, Karl. *O Capital*, volume I (os economistas). São Paulo, Editor Victor Civita, 1983.